



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Instituto de Ciências Sociais

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 20 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG,
CEP 38400-902

Telefone: - secretaria@incis.ufu.br



PLANO DE ENSINO

1. IDENTIFICAÇÃO

Componente Curricular:	Ciência Política						
Unidade Ofertante:	INCIS						
Código:	INCIS39603	Período/Série:	1	Turma:	A e J		
Carga Horária:				Natureza:			
Teórica:	30	Prática:	0	Total:	30	Obrigatória()	Optativa()
Professor(A):	Leonardo Aires de Castro				Ano/Semestre:	2026/2	
Observações:							

2. EMENTA

Elementos constitutivos de Estado (governo, território e população). Ciência Política e teorias de Estado. Abordagens sobre Estado e bem-comum. Abordagens sobre Estado e sociedade de classes. Estado como fenômeno histórico-social (dimensões diacrônica e sincrônica). Estado moderno. Estado capitalista nos séculos XIX e XX. Estado, sociedade civil e hegemonia. Sistema político, sistema estatal e elite estatal. Estado contemporâneo (alguns aspectos).

3. JUSTIFICATIVA

A disciplina de Ciência Política é fundamental para a formação jurídica, pois permite compreender o Estado, o poder e as instituições políticas para além de sua dimensão estritamente normativa. Ao analisar o Estado como fenômeno histórico e social, o curso oferece instrumentos teóricos para interpretar a origem, o funcionamento e as transformações das estruturas políticas que fundamentam o Direito. Dessa forma, contribui para uma formação crítica, capacitando o estudante a relacionar normas jurídicas com os contextos políticos e sociais em que são produzidas e aplicadas.

4. OBJETIVO

Objetivo Geral:

Propiciar ao estudante de Direito a apreensão das principais abordagens (teorias e autores) acerca do Estado moderno e de seu desenvolvimento até meados do século XX.

Objetivos Específicos:

Compreender os fundamentos teóricos básicos da organização do Estado capitalista nas dimensões diacrônica (desenvolvimento histórico) e sincrônica (formas de ser em cada momento histórico). Desenvolver uma visão crítica da dinâmica entre sociedade, poder político constituído e Direito.

5. PROGRAMA

Unidade 1. Estado, conceito e evolução do Estado moderno

Conceito de Estado e elementos constitutivos, com atenção a território, população, governo e soberania. Formação histórica do Estado moderno e a passagem do poder pessoal ao poder impessoal. Estado absolutista, Estado liberal, Estado social e Estado democrático de direito. Monopólio legítimo da força, burocracia e capacidade estatal. Formas de Estado, com destaque para unitarismo, federalismo e descentralização. Formas de governo e regimes políticos. Relação entre Estado, Direito e Administração Pública.

Unidade 2. Presidencialismo e relação entre poderes no Brasil

Distinção entre forma de Estado, forma de governo, sistema de governo e regime político. Presidencialismo, origem norte-americana e elementos definidores, com atenção à separação de origem e de sobrevivência entre Executivo e Legislativo. Formas e variações do presidencialismo na América Latina. Poderes legislativos e de agenda do presidente no Brasil, com destaque para medida provisória, urgência constitucional, veto e iniciativa privativa. Presidencialismo de coalizão, formação e gestão de coalizões, distribuição de ministérios e execução de emendas orçamentárias. Instrumentos de controle recíproco, com atenção às comissões parlamentares de inquérito, à convocação de ministros, à sustação de atos normativos e ao impeachment. O debate sobre a reforma política brasileira.

Unidade 3. Parlamentarismo e semipresidencialismo

Parlamentarismo, origem britânica e elementos definidores. Formação de gabinete, voto de confiança, moção de censura e dissolução do parlamento. Governos de maioria, de minoria e de coalizão. Semipresidencialismo, dupla legitimidade e coabitação, com atenção aos casos francês e português. Vantagens e riscos atribuídos a cada sistema de governo quanto à estabilidade e à responsabilização. O debate brasileiro sobre a adoção do parlamentarismo e do semipresidencialismo, do plebiscito de 1993 às propostas recentes de emenda constitucional.

Unidade 4. Organização do Poder Legislativo, unicameralismo e bicameralismo

Funções de representação, legislação e fiscalização do Poder Legislativo. Unicameralismo e bicameralismo, origem e justificativas. Bicameralismo simétrico e assimétrico, congruente e incongruente. Representação territorial no Senado Federal e desproporcionalidade da representação. Processo legislativo bicameral, casa iniciadora, casa revisora e tratamento das divergências. O bicameralismo brasileiro em perspectiva comparada. Unicameralismo nas assembleias legislativas e nas câmaras municipais.

Unidade 5. Pacto federativo e relações intergovernamentais

Federalismo, origem, princípios e modalidades, com atenção às distinções entre federalismo simétrico e assimétrico e entre movimentos de centralização e descentralização. Repartição de competências legislativas, materiais e comuns na Constituição de 1988. Federalismo fiscal, repartição de receitas, transferências constitucionais e voluntárias e capacidade tributária dos entes. Relações intergovernamentais, cooperação, competição e coordenação federativa na

execução de políticas públicas. Consórcios públicos, regiões metropolitanas e arranjos de gestão associada. O Supremo Tribunal Federal como árbitro de conflitos federativos.

Unidade 6. Sistemas eleitorais

Componentes de um sistema eleitoral, com atenção à magnitude do distrito, à fórmula de conversão de votos em cadeiras e à estrutura da cédula. Sistema majoritário simples e majoritário de dois turnos. Sistema proporcional, quociente eleitoral, quociente partidário, sobras e cláusula de desempenho. Lista aberta, lista fechada e lista flexível. Sistema distrital e sistema distrital misto, com atenção ao caso alemão. Efeitos dos sistemas eleitorais sobre o número de partidos, a proporcionalidade da representação e a inclusão de grupos sub-representados. O sistema eleitoral brasileiro, federações partidárias, financiamento de campanha e políticas de cotas na distribuição de recursos.

Unidade 7. Governabilidade, governança e desempenho da Administração Pública

Governabilidade como condição institucional de sustentação e de decisão do governo. Governança, capacidade estatal, coordenação e responsabilização. Crises de governabilidade, erosão da confiança nas instituições e seus efeitos sobre a estabilidade democrática. Eficiência, eficácia e efetividade como critérios distintos de avaliação da ação estatal. O princípio constitucional da eficiência e a administração pública gerencial. Indicadores de desempenho, avaliação de políticas públicas e controle por resultados nos órgãos de controle interno e externo.

Encontro	Unidade e conteúdo	Leitura obrigatória
1	Unidade 1. Apresentação do curso. Conceito de Estado, elementos constitutivos e evolução do Estado moderno. Estado, sistema legal e cidadania.	O'DONNELL (1998)
2	Unidade 2. Sistemas de governo. Presidencialismo, origem, elementos definidores e formas. Multipartidarismo, proporcionalidade e formação de coalizões.	ABRANCHES (1988)
3	Unidade 2. Presidencialismo e relação entre poderes no Brasil. Poderes legislativos e de agenda do Executivo. Processo decisório no Congresso.	LIMONGI (2006)
4	Unidade 3. Parlamentarismo e semipresidencialismo. Formação de gabinete, moção de censura e coabitação. O debate brasileiro sobre a mudança do sistema de governo.	TAVARES (2017)
5	Unidade 4. Organização do Poder Legislativo. Unicameralismo e bicameralismo. Poderes do Senado, representação territorial e processo legislativo bicameral.	NEIVA (2006)
6	PROVA 1	<i>Unidades 1 a 4</i>

7	Unidade 5. Pacto federativo. Repartição de competências e de receitas, autonomia dos entes e problemas de coordenação.	ARRETCHE (2004)
8	Unidade 5. Relações intergovernamentais. Cooperação, competição e coordenação federativa na execução de políticas públicas.	ABRUCIO (2005)
9	Unidade 6. Sistemas eleitorais majoritário, proporcional, distrital e distrital misto. O proporcional de lista aberta no Brasil e seus efeitos.	NICOLAU (2006)
10	Unidade 6. Regras eleitorais, partidos e acesso à representação. Efeitos do sistema sobre a inclusão de grupos sub-representados.	ARAÚJO (2005)
11	Unidade 7. Governabilidade e governança. Modelo burocrático, administração gerencial e governança pública.	SECCHI (2009)
12	Unidade 7. Eficiência, eficácia e efetividade aplicados à Administração Pública. O princípio constitucional da eficiência.	MODESTO (2000)
13	PROVA 2	<i>Unidades 5 a 7</i>
14	PROVA SUBSTITUTIVA	<i>Todo o conteúdo do semestre</i>

6. METODOLOGIA

(Descrever a forma de organização das aulas ou como será desenvolvido o trabalho com os estudantes. Em outras palavras, apresentar as técnicas de ensino que serão utilizadas (seminários, debates, painéis, estudos dirigidos, aulas expositivas, exposições dialogadas, desenvolvimento de pesquisas, demonstrações, oficinas, realização de experimentos, dinâmicas de grupo, exercícios etc.). Pode-se aqui apresentar o cronograma de desenvolvimento do conteúdo proposto, bem como os recursos didáticos (quadro e giz, lousa branca, recursos audiovisuais (retroprojeto, data-show, tv, vídeo, aparelho de som, gravador etc.).

7. AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina será composta por dois blocos avaliativos principais, a primeira valendo 40 pontos e a segunda 40 pontos, totalizando 80 pontos.

O primeiro bloco ocorrerá aproximadamente no meio do semestre, avaliando a compreensão dos conteúdos e debates trabalhados na primeira parte do curso.

O segundo bloco ocorrerá ao final do semestre, abrangendo os temas discutidos na segunda parte da disciplina.

Serão provas objetivas e dissertativas, contendo 10 e 2 questões respectivamente.

- Bloco 1: Prova Objetiva – 10 questões / Prova Dissertativa – 2 questões;
- Bloco 2: Prova Objetiva – 10 questões/ Prova Dissertativa – 2 questões.

Avaliação	Data	Pontuação
-----------	------	-----------

1º Bloco	22/10	40
2º Bloco	10/12	40
Participativa	Permanente	20
Extra	Contínua	10
Substitutiva	17/12	Sub - 2º Bloco

Os 20 pontos restantes serão distribuídos em atividades e trabalhos ao longo do semestre, podendo incluir exercícios de leitura, comentários críticos de textos, apresentações ou outras atividades definidas pelo docente, com o objetivo de estimular a participação e o acompanhamento contínuo da disciplina. Ainda, em conformidade com a RESOLUÇÃO CONGRAD Nº 46, DE 28 DE MARÇO DE 2022, desde que o(a) discente atenda os critérios estabelecidos na referida Resolução, será realizado apenas uma avaliação de recuperação, substituindo aquela de menor nota.

Bônus

Será concedida pontuação extra de até 10 pontos, a critério do docente, aos estudantes que entregarem uma **resenha analítica escrita à mão**, com extensão máxima de uma lauda, sobre cada leitura da disciplina.

A entrega deverá ocorrer impreterivelmente na data da aula do texto em questão, não sendo aceitos trabalhos fora do prazo.

A atividade tem caráter voluntário e visa estimular a leitura aprofundada e a reflexão crítica sobre os textos do curso.

8. BIBLIOGRAFIA

Básica

ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 5-34, 1988.

ABRUCIO, Fernando Luiz. A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 24, p. 41-67, 2005.

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 24, p. 193-215, 2005.

ARRETCHE, Marta. **Democracia, federalismo e centralização no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora Fiocruz, 2012.

ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 17-26, 2004.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Reforma do Estado para a cidadania**: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo: Editora 34; Brasília: Enap, 1998.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

LIMONGI, Fernando. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 76, p. 17-41, 2006.

MODESTO, Paulo. Notas para um debate sobre o princípio da eficiência. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 51, n. 2, p. 105-119, 2000.

NEIVA, Pedro Robson Pereira. Os determinantes da existência e dos poderes das câmaras altas: federalismo ou presidencialismo? **Dados**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 2, p. 269-299, 2006.

NICOLAU, Jairo. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 689-720, 2006.

O'DONNELL, Guillermo. Poliarquias e a (in)efetividade da lei na América Latina. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 51, p. 37-61, 1998.

SARTORI, Giovanni. **Engenharia constitucional**: como mudam as constituições. Brasília: Editora UnB, 1996.

SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 347-369, 2009.

TAVARES, Marcelo Leonardo. Semipresidencialismo no Brasil: por que não? **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 54, n. 215, p. 59-78, 2017.

TSEBELIS, George; MONEY, Jeannette. **Bicameralism**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

Complementar

ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão**: raízes e evolução do modelo político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução. 3. ed. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2015.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. 19. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

LIJPHART, Arend. **Modelos de democracia**: desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NICOLAU, Jairo. **Sistemas eleitorais**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

9. APROVAÇÃO

Aprovado em reunião do Colegiado realizada em: ____/____/____

Coordenação do Curso de Graduação: _____



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Aires de Castro**, **Professor(a) do Magistério Superior**, em 14/09/2026, às 17:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7721151** e o código CRC **7EDE6090**.